

## AUDIÊNCIA PÚBLICA – SOLUÇÃO SOCIAL PARA O CASO DA COMUNIDADE DO VILA RICA

As dezoito horas e quarenta e um minutos do dia vinte e cinco do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, o Vereador Yuri Moura (Presidente da Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos – CEADH da Câmara Municipal), dando boa noite a todos e todas presentes tanto no Plenário quanto aos telespectadores dos veículos de comunicação da TV Câmara, pediu desculpas e justificou o atraso no início dos trabalhos da presente Audiência Pública, que objetiva uma Solução Social para o Caso da Comunidade (e dos moradores) do Vila Rica, principalmente, no aspecto da moradia popular. Abriu oficialmente os trabalhos da presente audiência informando que a referida está em conformidade com o Edital nº 45/2021 no qual foram feitas inserções nos veículos de comunicação e no Diário Oficial da Câmara Municipal de Petrópolis, comunicando o funcionamento e a convocação desta Audiência Pública. Relatou que a audiência tem o objetivo de esclarecer e atuar perante inúmeras denúncias recebidas de famílias da comunidade do Vila Rica, principalmente através da Unidade Popular (ou Unidade Popular pelo Socialismo – Partido Político), que o Vereador fez questão de agradecer pela luta conjunta em defesa dos trabalhadores do Município de Petrópolis. A partir dessas denúncias, a CEADH – Coordenada pela Sra. Rosane Borsato – com auxílio de toda a equipe do Mandato Popular do Vereador Yuri Moura e junto ao seu Assessor na 1ª Secretaria da Câmara Municipal de Petrópolis – José Bernardo, que acompanha o caso – foi constatado uma série de possíveis violações aos Direitos Humanos das famílias e moradores do Vila Rica. O Vereador informou que esse é um caso acompanhado por ele e seus assessores antes mesmo dele ter assumido o cargo de vereança, ou seja, o resultado da presente Audiência Pública é o acúmulo de quase um ano de pesquisa, constatação, conversas e visitas ao Vila Rica. Assim, o objetivo é esclarecer o que está acontecendo na comunidade no que tange a moradia popular e a relação, impacto de um empreendimento imobiliário que se encontra na localidade, mas também antecipar o Poder Público, principalmente o Poder Executivo, das ações necessárias para que nos próximos meses (com a chegada das fortes chuvas de verão) a comunidade não fique vulnerável (como em anos anteriores) pela omissão e falta de manutenção da sua infraestrutura. Portanto, esses são os dois objetivos: **1) esclarecer o caso da ocupação imobiliária privada do Vila Rica e do impacto disso na vida das famílias e moradores da comunidade; e 2) convocar a Prefeitura Municipal de Petrópolis para que se comprometa a realizar as ações necessárias de manutenção e as inserções necessárias na infraestrutura do Vila Rica, para coibir qualquer tipo de tragédia ou desastre.**

Em sequência, foram convocados os participantes da mesa de debates, iniciando-se pelo Vereador Ronaldo Ramos, que se encontrava no Plenário, e os seguintes participantes:

### Vereadores:

- Domingos Protetor;
- Junior Coruja;
- Gil Magno;
- Maurinho Branco.

### Poder Executivo:

- Adirley Ribeiro (Engenheiro da COMDEP);
- Miguel Fausto (Fiscal da Secretaria de Meio Ambiente);
- Fernanda Ferreira (Coordenadora de Articulação Institucional);
- Pedro Leite, Ana Clara e Hugo Bento (Secretaria de Assistência Social - o último é o Secretário);
- Victor Ornellas (Diretor CPTRANS);
- Alfredo Gonçalves Vieira (Chefe do NUFIC).

### Unidade Popular (ou Unidade Popular pelo Socialismo – Partido Político):

- Ana Maria Auler.

**Moradores:**

- Lilian Regina Marcelo Nogueira (Tia Lili);
- Nair Camilo Barbosa (Dona Nana);
- Gisele Medeiros Costa Faria;

**Advogado da empresa (Manoa Planejamento Ambiental LTDA):**

- Adriano Moura Leite.

**Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH):**

- Carla de Carvalho (Coordenadora).

**Compuseram a mesa de debates presencial, os seguintes representantes:**

- Pedro Leite, Ana Clara e Hugo Bento (todos da Secretaria de Assistência Social);
  - Alfredo Gonçalves Vieira (Chefe do NUFIC);
  - Victor Ornellas (Diretor CPTRANS);
  - **Todos os moradores, anteriormente, anunciados;**
  - Ana Maria Auler (Unidade Popular); e
  - Adriano Moura Leite (advogado da empresa MANOA PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA).
- Os demais participantes compuseram a mesa de debates de forma virtual.

O Vereador Yuri Moura informou como seria a dinâmica da presente Audiência, sendo iniciada pela apresentação a ser feita pela assessoria do seu Mandato, sobre as características da comunidade do Vila Rica e os impactos do empreendimento imobiliário privado sobre a infraestrutura do bairro, seguindo com a passagem da palavra aos moradores e, posteriormente, será a vez dos representantes do Poder Executivo bem como do representante da empresa MANOA PLANEJAMENTO.

O Assessor do 1º Secretário (Vereador Yuri Moura), senhor José Bernardo, iniciou a apresentação dos slides pela caracterização da comunidade do Vila Rica. Posteriormente, apresentou os principais acontecimentos dos últimos 5 (cinco) anos, envolvendo a empresa MANOA PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA., no Vila Rica:

**"Em 2017:**

- *Vistorias nos dias 06/03 e 07/04 - Constatado impacto ambiental devido a abertura de estrada com corte de talude, grande movimentação de terra e supressão de vegetação na APA-Petrópolis. Solicitada a apresentação de licença ambiental (Notificação nº 1167);*
- *Falta de comparecimento do responsável, nova Notificação Nº 1188;*
- *Obra embargada - Auto de Constatação nº 1187 - 07/04/2017;*
- *Todos esses documentos são parte do Processo Administrativo n° 8870/2017 da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Petrópolis.*

**Em 2018:**

- *Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), através da 1ª Promotoria de Justiça e Tutela Coletiva, abre o Inquérito Civil nº 40/2018 P - MA com base no Processo Administrativo n° 8870/2017 da Secretaria de Meio Ambiente;*
- *No Inquérito Civil do MPRJ, INEA confirma a constatação da Secretaria de Meio Ambiente de que a área da obra está inserida nos limites da APA – Petrópolis.*

**Em 2019:**

- *Comissão Julgadora das infrações ambientais julga o Auto de Constatação nº 1187 e conclui pela necessidade de os responsáveis pela obra apresentarem e executarem um plano de recuperação das áreas degradadas;*
- *29 de outubro - Fiscais da Prefeitura notificaram emularam os responsáveis pela obra;*

- 30 de outubro - Fiscais da Prefeitura intimam os responsáveis a fazer a desobstrução das galerias no prazo de 48 horas;
- Em novembro 6 (seis) moradores foram incluídos no Programa Municipal Auxílio Aluguel, em decorrência das consequências da obra do loteamento de casas, dos quais 2 (dois) ainda continuam como beneficiários do Programa.

**Em 2021:**

- Em março, 1ª Promotora de Justiça e Tutela Coletiva do MPRJ finaliza o Inquérito Civil e encaminha cópia desse às Promotorias de Justiça Penal e 2ª de Tutela Coletiva;
- Em abril, 1ª Promotora de Justiça ajuizou a Ação Civil Pública nº 0004743-87.2021.8.19.0042."

Em sequência, foram apresentadas matérias que repercutiram em anos diferentes nos veículos de imprensa. Essas matérias demonstraram que, todo ano, existe repercussão midiática na comunidade do Vila Rica por conta das intervenções do empreendimento privado:

**"Em 30 de outubro de 2019, Tribuna noticia:**

*'Prefeitura multa responsável por obra no Vila Rica e notifica proprietário a desobstruir galeria de águas pluviais em 48h';*

**Em 08 de janeiro de 2020, Diário de Petrópolis noticia:**

*'Obra irregular continua ameaçando casas no Vila Rica – Moradores temem que construção provoque novos estragos no período de chuvas';*

**Em 11 de novembro de 2020, G1 noticia:**

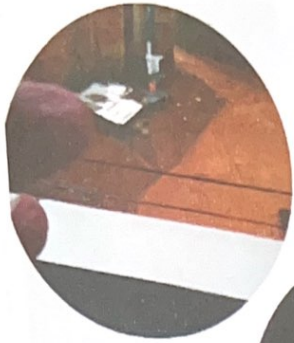
*'Família perde tudo após casa ser inundada em Petrópolis, RJ; 'cena não sai da minha cabeça', diz moradora'.*

Por fim, foram apresentadas fotos de como ficou o bairro, após as chuvas de 2020, e, ao fim, duas fotos da APA-Petrópolis, tiradas do Inquérito Civil nº 40/2018 P - MAdo MPRJ, demonstrando a extração vegetal promovida pela empresa:



*ah*

*Q*



*Handwritten signature or initials in blue ink.*



Foto do local em 08/08/2017

Após a apresentação, o Vereador Yuri Moura informou que a presente Audiência Pública e a luta do seu Mandato buscam também superar dois problemas históricos do Município de Petrópolis:

- 1) "na voracidade dos empreendimentos, primeiro se constrói, se sobrepõe à lei, se sobrepõe à justiça, se sobrepõe à fiscalização para depois regularizar. Isso precisa acabar em Petrópolis e não podemos admitir que todas as leis sejam flexibilizadas, os empreendimentos continuem se instalando por mais que hajam embargos, inquéritos civis, ações ajuizadas, fiscalizações do Poder Legislativo, impactos nas famílias e nós perdermos anos e anos, para que no final o empreendimento seja regularizado mesmo deixando diversos estragos e tragédias pelo caminho."<sup>e</sup>
- 2) "Superar a triste cultura do Poder Público de esperar que uma tragédia aconteça para agir. Isso não pode mais acontecer. Estamos no final de outubro, ou seja, temos um mês e meio, dois meses até o início do período de chuvas, então, eu também espero que saíamos daqui com o comprometimento de todas as Secretarias (da Prefeitura Municipal de Petrópolis) para que nós não tenhamos de conviver com fotos

*tão tristes quanto as que foram apresentadas aqui hoje. Para isso, vou contar com o apoio de todos os setores do Poder Executivo, tenho certeza de que o Governo assim vai agir, pois essa comunidade não pode mais passar pelos problemas e escândalos que vem passando nos últimos 5 (cinco) anos, já que o problema se estende desde 2017.”*

**Vereador Domingos Protetor** – O seu mandato recebe inúmeros pedidos de moradores da comunidade do Vila Rica por conta dos problemas gerados pelo empreendimento na infraestrutura do bairro. Relatou que o sentimento dos moradores é de desespero, porque já tentaram várias vezes no passado soluções com o Poder Público e nada obtiveram. Concorda que é preciso acabar com essa “indústria das licenças e da legalização desse tipo de empreendimento” porque o particular precisa cumprir os requisitos legais para fazer a sua obra. Por fim, parabenizou a iniciativa da Audiência Pública e se colocou à disposição do Mandato do Vereador Yuri Moura nessa luta em prol da comunidade do Vila Rica. Vereador Yuri agradeceu pelas palavras e o sempre valoroso apoio do Vereador Domingos Protetor e passou a palavra à moradora Nair Camilo Barbosa (Dona Nana).

**Dona Nana**– relatou que era beneficiária do Programa Municipal Auxílio Aluguel, mas que o proprietário do imóvel solicitou a casa e ela precisou se retirar, tendo retornado para o seu antigo imóvel que foi parcialmente destruído pelas chuvas de 2019 e permanece sem condições de habitabilidade (toda suja e quebrada). Fazem 2 (dois) meses que essa situação ocorreu e ela, imediatamente, foi à Prefeitura (Secretaria de Assistência Social) dar ciência do ocorrido tendo sido instruída a apresentar um novo imóvel para continuar recebendo o benefício. Prontamente, Dona Nana apresentou o novo imóvel para análise da Prefeitura, mas até o presente momento não foi feita vistoria pela Secretaria de Defesa Civil e o Auxílio Aluguel foi suspenso e assim permanece até o presente momento. Por fim, Dona Nana disse que não sabe o que fazer, pois tudo que a foi solicitado ela já cumpriu, mas que a Prefeitura ainda não se mobilizou para reestabelecer o seu benefício, que ela sofre toda vez com as chuvas no bairro e teme por perder tudo novamente.

**Vereador Yuri Moura** – Os representantes da Secretaria de Assistência Social, presentes na mesa de debates, anotaram a demanda e irão responder sobre as providências que serão tomadas durante o seu momento de fala. Ademais, retornou a fala para a Dona Nana solicitando que ela relatasse como foi o evento do alagamento em sua residência no ano de 2019.

**Dona Nana** – relatou que a água das chuvas veio do morro (da direção do empreendimento privado da MANOA PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA), invadiu sua casa, ela perdeu tudo e só ficou com a roupa do corpo, tendo que ir às pressas para a casa de parentes para salvar a própria vida e, posteriormente, ficou abrigada no colégio (Escola Municipalizada Santa Terezinha). Dias depois, lhe foi arranjada a casa que ela estava alugando (através do Programa Municipal Auxílio Aluguel), mas que até hoje nada foi resolvido em relação ao desastre de 2019, nenhuma obra de restauração do seu antigo imóvel foi providenciada e ela se sente desamparada.

**Vereador Yuri Moura**– questionou, especificamente sobre o alagamento, se a comunidade do Vila Rica tinha esses problemas antes do início do empreendimento da MANOA PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA.; e se ela recebeu algum suporte da Secretaria de Defesa Civil ou da empresa?

**Dona Nana**– Essas ocorrências não aconteciam no bairro antes da chegada do empreendimento e, agora, são frequentes os alagamentos de vários imóveis no Vila Rica, que uma de suas colegas que se encontra na plateia passou e passa pelo mesmo problema. Durante as chuvas, ela, os vizinhos e diversos moradores da comunidade ficam apreensivos e com medo de perder tudo, que eles não sabem mais o que fazer. Sobre ter recebido algum suporte da Secretaria de Defesa Civil ou da MANOA, relatou que não recebeu nenhum contato, carta, visita ou auxílio. Disse que seu objetivo principal é ter sua casa reestabelecida e que possa retornar para morar em segurança nela.

**Vereador Yuri Moura** – Agradeceu a participação da Dona Nana, disse que seu Mandato estará sempre à disposição para lutar pelos direitos dela e que solicitará a Secretaria de Assistência Social que reveja o caso e tome as providências cabíveis. Em seguida, foi passada a palavra para a moradora Lilian Regina Marcelo Nogueira (Tia Lili).

**Tia Lili (Lilian Regina Marcelo Nogueira)** – Disse que sua fala irá rememorar o momento anterior ao envolvimento das Secretarias do Executivo, que foi quando o empreendimento da MANOA foi apresentado aos moradores do bairro. Em 2013, ocorreu uma reunião na Escola Municipalizada Santa Teresinha, onde estavam presentes os responsáveis da empresa e os representantes da Caixa Econômica Federal (CEF). Por já ter trabalhado na APAPetrópolis e conhecer um pouco da questão do meio ambiente, questionou onde estava o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental) do empreendimento que estava sendo apresentado. Na oportunidade, o EIA/RIMA não foi apresentado. Alguns meses depois, este empreendimento estava por conta da agência da CEF (próxima ao Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes), Tia Lili foi lá pesquisar pelo EIA/RIMA e esse documento não existia. Acrescentou que, se hoje, nós procurarmos no Google o EIA/RIMA da obra não encontraremos. Assim, gostaria de saber como que um EIA, de uma obra do vulto daquela não é encontrado. Acrescentou que uma obra começa com a sua certidão de nascimento (EIA), explicando o que ela vai ser, o que vai acontecer de impacto naquela comunidade e as vias do Vila Rica não são apropriadas para termos caminhões de grande porte chegando até o empreendimento. **Por fim, disse que o seu questionamento de 2013, sobre o EIA/RIMA, até hoje não foi respondido e é isso que ela gostaria de colocar.**

**Vereador Yuri Moura** – Agradeceu a fala e disse que tem muita admiração pela Tia Lili, sua trajetória e coragem. Esclareceu aos telespectadores que o seu Mandato, como responsável pela convocação da presente Audiência Pública, convidou o Sr. Alexandre Corsini, que é o representante do empreendimento, mas que este será representado pelo advogado Adriano Moura Leite (OAB/RJ nº 182.453). Posteriormente, foi passada a palavra à moradora Gisele Medeiros Costa Faria.

**Gisele Medeiros Costa Faria** – Boa noite a todos, é um prazer estar aqui! Essa Audiência Pública está dando voz aos moradores, porque nós começamos com pequenos protestos no nosso bairro e isso é fruto desses protestos. Hoje, estamos aqui representando os quase 6000 moradores que tem no nosso bairro e isso é muito representativo. Eu vou fazer 40 anos que moro lá, eu sou daquela parte do bairro, que é a parte de baixo (que é desde o início do bairro até o Conjunto Habitacional Santa Edwiges). Essa obra veio depois e está causando um transtorno absurdo dentro do bairro. Toda essa água, que está descendo agora, ela está invadindo as casas não só as casas dos moradores lá de cima, como também do pessoal lá de baixo. A gente não tem nada contra a obra, nós temos contra as consequências ruins que a obra está trazendo para o nosso bairro. O que foi apresentado em 2013, a gente tem a ata da reunião com a associação de moradores, a proposta da obra era trazer benfeitorias para o nosso bairro, construir 2 prédios e que nesses prédios, acho que de 3 andares cada um, teriam lojas em baixo, quer dizer ia gerar emprego para o nosso bairro. Acho que está todo mundo entendendo, não é? Começou todas aquelas escavações, na foto não sei se vocês prestaram atenção a quantidade de árvores que foram tiradas daquele terreno (APA Petrópolis), o desmatamento foi estrondoso e as consequências muito maiores. Precisamos acabar com o sistema de licenças, com essa máfia em minha opinião. Para você cortar uma árvore precisa de licença, tem uma árvore na casa da minha avó que a gente não consegue cortar e lá teve um desmatamento, que é crime e ficou visível, só um deficiente audiovisual que não pode enxergar. Eu percebo que foi mudado o projeto, sem que a empresa viesse apresentar algo à população do bairro. Não teve nenhuma reunião, nenhuma nova convocação pra explicar o motivo do porquê desistiram dos 2 prédios e, agora, é um loteamento de casas. Essas casas, quando forem construídas, aonde vai ser escoado o saneamento básico? Porque o nosso sistema já é sobrecarregado, o nosso bairro já tem problemas antes da obra e com a obra sobrecarregou um sistema que já estava problemático. Tudo isso é responsabilidade da Prefeitura e o que tem que ser responsabilidade dos donos da obra,



aqui representados pelo Alexandre Corsini e o Dr. Adriano, tem que ser responsabilidade deles e eles têm que arcar com essas consequências. Sempre choveu no nosso bairro e nunca aconteceu o que está acontecendo agora, após a obra e após essas escavações irregulares. Então, é óbvio que se você fizer desmatamento automaticamente não tem absorção da água da chuva. Eles tiraram as montanhas de terra, depois que teve essas enchentes a água veio fez o que fez, todo mundo viu essas duas montanhas de barro que estava lá paradinha, porque eles cavaram em cima colocaram tudo em baixo. Nós fomos até lá, fizemos vídeos e denunciemos. Eles plainaram o terreno e fizeram uma contenção com saco de estopa na lateral para mudar o curso da água. Não adiantou! Isso, são paliativos. Essas inundações nunca aconteceram na casa da Angelita, como nunca aconteceu na casa da minha avó e como nunca aconteceu na casa de várias pessoas do bairro. Já estão começando a ser construídas casas no loteamento, e nós temos visto pessoas tomando conta do terreno, mas tem que haver um planejamento para essa obra, um RIMA, como foi dito anteriormente. O asfalto do bairro tem mais de 60 anos, então, não vai suportar. Qual é o plano deles (Manoá) para suprir esse desmatamento? A gente precisa de respostas e comprometimento real vindo dos donos dessa obra.

**Vereador Yuri Moura** – Eu queria talvez antecipar a fala do Alfredo Gonçalves, que é Chefe do NUFIC (Secretaria de Obras), depois eu passo para Ana Maria Auler (Unidade Popular) e aí, em seguida, para o representante da empresa o Dr. Adriano, para que a gente não perca as pontuações que a Senhora Gisele fez. O senhor Alfredo Gonçalves, que é chefe do Núcleo de Fiscalização da Secretaria de Obras, se o senhor me permite eu queria para além dos apontamentos que a Senhora Gisele fez, colocar 3 questões: a primeira, é sobre as denúncias que nós temos recebido da continuidade da obra apesar de ela estar embargada e de principalmente isso acontecer nos finais de semana ou em feriados quando a gente não tem a fiscalização; a segunda, é sobre esses problemas antigos na região como foi relatado por todos e é de notório conhecimento, o problema de escoamento é antigo mas em todos os relatos e análises feitas isso se ampliou após as intervenções da obra e aí queria é o relato técnico do senhor quanto a isso; e a terceira, quanto ao impacto do projeto, que foi colocado aqui principalmente pela Tia Lili, que mudou de 2013 para cá, e gostaria de saber como o NUFIC tem acompanhado esse processo.

**Alfredo Gonçalves (NUFIC)** – Boa noite o pessoal! Eu queria enaltecer essa ideia de promover essa Audiência Pública para discutir, para debater aquilo que está ocorrendo lá no Vila Rica. Eu queria dizer que eu participei dessa situação desde o governo anterior, onde ocupava o cargo de Diretor de Obras Públicas e, agora, no cargo de Chefe da Fiscalização de Obras. Essa obra foi solicitada alvará de licença na Prefeitura para a construção, execução de um desmembramento, então, eu queria dizer a vocês que existe diferença de desmembramento e loteamento. Loteamento é um parcelamento de terra, em que o licenciamento dele é mais complexo e, inclusive, ele tem que contemplar algumas exigências da coletividade, que é destinado parte da propriedade para instalação de equipamentos públicos e tudo mais. O processo o licenciamento de um loteamento é mais complexo do que o licenciamento de um desmembramento. Inicialmente, o proprietário do terreno solicitou desmembramento e, imediatamente, o departamento de licenciamento verificou que tudo o que ele apresentava não contemplava a legislação de parcelamento. Ele tinha que solicitar o loteamento e apresentar projetos mais robustos, projetos mais consistentes. **O problema é que, ao mesmo tempo que em que ele protocolou o processo de licenciamento, ele deu início à construção e provocou uma série de conturbações para a comunidade.** Sabemos que as consequências dessa obra chegaram até a esfera do Ministério Público, porque o dono da obra precisa atender aos requisitos, principalmente, das Secretarias de Obras e Meio Ambiente e as demais exigências necessárias para que se contemple a legislação municipal. No início da obra, quando foi constatado toda essa problemática, a fiscalização de obras na época (eu não era fiscal, eu não era o chefe da fiscalização) se fez presente, embargando a obra e tomando as medidas adequadas. Embargando, notificando, autuando e multando, então, ocorre que ele, através de um outro procedimento de licenciamento, entrou com requerimento junto a Secretaria de Obras, mas para ser analisado pelo Departamento de Obras Públicas (Alfredo Gonçalves era o responsável pelo





**Departamento), solicitando então licença para execução de procedimentos de drenagem, quer dizer drenagem do terreno e apenas conseguiu o alvará de licença doprojeto de drenagem da obra. A partir do momento que foi concedida essa licença, então, cessa a ação da fiscalização e as medidas adotadas pela fiscalização elas não têm efeito.** Daí, ele foi então executando toda aquela obra lá que se tem conhecimento, abertura do logradouro público de um caminho já existente há muitos anos, que ligava o Vila Rica e saía lá na BR 040 e isso foi possível através de uma Indicação Legislativa aqui da Câmara, em 2018, e ele obteve a denominação de logradouro público daquela rua (**Lei n° 7.741/2018 – Autor: ex-Vereador Roni Medeiros**). A Rua se chama Comendador Antônio Figueiras, então, a partir do momento em que obteve a denominação para logradouro público daquele caminho foi possível o licenciamento para desmembramento, ou seja, pra você fazer um loteamento todo o lote tem que ter testada para um logradouro público. Assim, você pode desmembrar vários terrenos várias frações, todas elas passaram a ter testada para essa rua, que foi denominada pública. A gente constatou no NUFIC que essa licença de drenagem venceu e eu não tenho conhecimento da continuidade dessa obra. **Se continua, a gente vai tomar as medidas todas cabíveis que se tem que ser tomado pro sentido de paralisar a obra, até que ele consiga a renovação desse alvará ou até que ele com o símbolo licenciamento / desmembramento que ele pleiteia, então, vamos fazer um esforço maior de dar uma resposta à comunidade e tentar fazer com que o proprietário se enquadre na legislação, tanto na legislação ambiental quanto na legislação edilícia do Município. Assim, me comprometo, a partir de amanhã a dar uma atenção, uma prioridade no sentido de construir uma solução que seja boa, em primeiro lugar, para a comunidade e depois para o empreendedor.**

**Vereador Yuri Moura – O senhor relatou que a partir do momento em que a licença não foi renovada a orientação da fiscalização seria pedir a paralisação da obra. Assim, o Secretário de Obras será oficiado por conta do encaminhamento da Audiência Pública para nós agendarmos essa visita técnica para poder averiguar as condições da obra, não só do ponto de vista técnico do projeto, mas da licença que era para drenagem e acabou se expandindo para outra atuação da obra. O senhor vai ter a chance de se defender, porém é muito importante ficar relatado aqui em ata que, em uma das visitas da nossa equipe à Secretaria de Obras a fiscal Juliana foi informada de que nós tínhamos as denúncias de que a obra continuava, apesar do licenciamento não ser renovado.**

**Alfredo Gonçalves (NUFIC) – Eu não me recordo, mas acho que no momento da vistoria dela (Fiscal Juliana) não constatou que a obra estava em continuidade, mas é preciso que se faça a verificação novamente e, caso o alvará da obra não esteja válido, ela será novamente embargada.**

**Vereador Yuri Moura – O senhor consegue me responder se existe licenciamento para a construção de casas no terreno?**

**Alfredo Gonçalves (NUFIC) – Não tenho conhecimento até porque se a questão do parcelamento do solo, desmembramento não foi aprovado, não há como a gente conceder alvará de licença para construir moradia. Seria para mim uma surpresa, mas eu não sou o titular da cadeira de Diretor do Departamento de Licenciamento, mas acredito que ele não tenha. (Através do EMBARGO nº 86/2021, promovido pela Fiscal Juliana em 26/07/2021, 3 meses antes dessa Audiência, o NUFIC embargou a construção de uma residência sem licença, no terreno da empresa Manoa).**

**Gisele Medeiros Costa Faria – Eu conheço uma pessoa do bairro que adquiriu um dos lotes da empresa Manoa, logo, Sr. Alfredo esses lotes estão sendo comercializados. Eu mesma consegui tirar uma foto, dentro do terreno da Manoa, e tinha uma placa escrito “vende-se terreno” e o tamanho lá da metragem. Isso estava lá, a não ser que alguém tenha mandado tirar. Eu gostaria de saber se é possível ter representantes da nossa Comissão de Moradores nessa fiscalização? É sabido que muitas pessoas ganharam terreno em troca de favores, de licença. Não tenho prova disso, mas é uma coisa que pode ser investigada e pessoas que estão comprando o lote já estão até construindo. Sobre o caminho que o senhor relatou, existia um caminho sim, que era mais para cavalo, e que ficava pastando naquela parte, mas nunca foi um caminho estabelecido. Ele sai lá na BR**

040, de frente para o Castelo de Itaipava, e não era uma rota de caminho, que tinha ônibus. Pelo contrário, há muitos anos a gente pensou em abrir o caminho para facilitar a questão de condução de ônibus e a gente nunca conseguiu, nem que saísse do papel, mas a obra conseguiu.

**Alfredo Gonçalves (NUFIC)** – O Departamento de Obras não aprovou, e depois como Chefe da Fiscalização, no final de 2020, já a gente promoveu os embargos, às notificações conforme era cabível vez que, no momento, ele não tinha o alvará.

**Vereador Yuri Moura** – Para dar encaminhamento aqui, peço que conste em ata o pedido da Gisele e que a gente nas próximas semanas, se possível, na próxima semana ou ainda nessa se tenha uma vistoria técnica por parte do NUFIC da (Sec. De) Obras.

**Alfredo Gonçalves (NUFIC)** – Nós temos serviços de comunicação para denúncias das obras irregulares, através de 2 telefones 2233-8184 / 2233-8183, nós temos e-mail, as denúncias podem ser encaminhadas de 9h às 17h e a gente tem dado andamento na medida do que nós conseguimos. Hoje, nós contamos com 3 fiscais para fiscalizar todo o Município, todos ainda em estágio probatório, mas já tivemos momento de ficar sem nenhum fiscal. O problema de vocês sempre foi prioritário.

**Vereador Yuri Moura** – Agradeço ao Alfredo, oficiaremos a Secretaria de Obras relatando todo esse anúncio de vendas, todas essas denúncias feitas pelos moradores e pelo Mandato.

**Alfredo Gonçalves (NUFIC)** – Só para finalizar essa questão, eu tenho que responder a questão da venda, a gente não tem o que fiscalizar, nós não temos nenhuma ação para fiscalizar comércio de lote, o dono do empreendimento pode anunciar lá no escritório dele e fazer a venda porque é uma coisa que compra quem quer. Esse tipo de envolvimento para impedir a comercialização ou venda de alguma coisa irregular a nossa legislação não se estende sobre isso.

**Vereador Yuri Moura** – O que ela quis dizer é por conta da construção, que você tem uma casa sendo construída no local sem licença renovada e aí acredito que a placa da venda é só a exteriorização de um problema de falta de licenciamento e das dificuldades que a fiscalização encontra. Foi nesse sentido que a Gisele quis apontar, mas a gente consegue sair com encaminhamento sólido tendo esse compromisso do fique a partir de uma solicitação direta ao Secretário de Obras para que a gente esteja lá nos próximos dias e reforço aqui as moradoras e os moradores, e claro que sem querer causar nenhum tipo de insinuação a empresa ou aos envolvidos em todo esse processo, que qualquer tipo de denúncia, qualquer tipo de maltrato na relação com a comunidade pode ser relatada à nossa Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Nós vamos acompanhar de perto os encaminhamentos da Audiência Pública, mas também os seus possíveis desdobramentos já que foi relatado aqui que existem seguranças pessoas contratadas para o interesse privado da empresa, então, quero deixar aqui o Poder Legislativo aberto para qualquer tipo de intercorrência que aconteça com as famílias e com a comunidade, mas acredito que nós não teremos que intervir nisso. Agora, vou passar a palavra ao senhor Adriano Moura Leite, que é advogado e representante da Manoa Planejamento Ambiental LTDA e, em seguida, continuaremos com as inscrições da mesa e aproveitando já a presença do Adriano e essas últimas falas eu queria pontuar algumas perguntas: a primeira é se o senhor confirma a continuação da obra mesmo a partir do momento que ela foi embargada.

**Dr. Adriano (Manoa Planejamento Ambiental LTDA)** – Negativo, o que está sendo feito no local é o plantio de vegetação rasteira, como grama, bambu, para minimizar a erosão causada pela chuva, porque os moradores que frequentam o local sabem que o local era tipo pastagem.

**Vereador Yuri Moura** – Nós não temos a construção de uma casa lá?

**Dr. Adriano** – Tem a construção de uma casa, mas não é da nossa empresa é de uma pessoa física que adquiriu um lote lá.

**Vereador Yuri Moura** – Qual seria a permissão para a construção dessa casa?

**Dr. Adriano** – A permissão, a gente tem que ver com ele (representante da Secretaria de Obras), não é? Porque na verdade é uma obra particular, né? A Manoa, realmente, vendeu o lote e explicando tudo o que precisaria para legalizar e todo o cidadão sabe os trâmites que você precisa para legalizar.

**Vereador Yuri Moura** – O Senhor confirma que a Manoa fez a venda do lote, antes mesmo da regularização da obra ou do licenciamento necessário?

**Dr. Adriano** – Na verdade, a gente fez uma promessa de compra e venda e aí a pessoa que compra ela está ciente de todas as situações da regularização que tem e que só pode construir depois de regularizar entendeu.

**Vereador Yuri Moura** – Mas o senhor, enquanto advogado, não acredita que é irregular e até mesmo ilegal continuar com qualquer tipo de intervenção no terreno, que não tem o licenciamento necessário, inclusive em uma promessa de compra e venda se comprometer com esse novo proprietário, que isso será regularizado sem nenhum tipo de confirmação por parte do Poder Público?

**Dr. Adriano** – Então, não entendi sua pergunta. O senhor deve ser mais objetivo.

**Vereador Yuri Moura** – Como a Manoa e o senhor na condição de advogado, representante jurídico da empresa, a partir de uma promessa de compra e venda fez vistas grossas ao momento de construção por parte de um proprietário em um terreno ao qual não está licenciado?

**Dr. Adriano** – Como o nosso amigo Alfredo (representante da Secretaria de Obras) disse, essa questão de competência é da (Núcleo de) Fiscalização de Obras Particulares, ou seja, compete à Prefeitura, exclusivamente. É lógico que um termo de responsabilidade a gente se coloca à disposição desta Casa para encontrar os meios de resolver esta questão. É importante colocar aqui, eu trouxe até fotos para mostrar a intervenção da empresa junto ao bairro, que foi feito a limpeza das valas, foram instaladas canaletas e quem conhece o local sabe que a água já fazia um caminho natural ali, cheio de erosão e, para isso, tem uma foto para registrar. A empresa chegou até a indenizar algumas famílias ali, comprar móveis, reformar a casa, eu tenho isso e posso mostrar.

**Vereador Yuri Moura** – Mas, se tratando de responsabilidade, não é de responsabilidade da Manoa garantir que, não tendo licenciamento, não seja feita nenhuma construção no terreno?

**Dr. Adriano** – Não, porque essa fiscalização é incumbência do Poder Público. Eu não posso impedir um particular e nem tenho poder de polícia para isso.

**Vereador Yuri Moura** – Sendo proprietário do terreno, esse particular jamais faria algum tipo de construção sem a sua permissão. Até porque, como foi dito pelos moradores, existem seguranças no terreno.

**Dr. Adriano** – Na verdade, é um morador que fica com a chave do portão, ele não é um segurança. Ele fica com a chave para abrir e fechar o portão e tal, para o caso de haver necessidade.

**Vereador Yuri Moura** – Ele é um vigia?

**Dr. Adriano** – Não.

**Vereador Yuri Moura – Então, ele abre o portão para intervenção de obra no terreno?**

**Dr. Adriano –** Tem até essas vacas que entram lá no terreno, a gente tá aqui até querendo resolver essa outra questão também, para evitar a entrada desses animais ao local. Além disso, para que a gente possa acompanhar também nessa época de chuvas o que tem acontecido lá.

**Vereador Yuri Moura – Esse rapaz, que tem a chave, o senhor disse não ser considerado um vigia ou um segurança, ele não relatou à empresa sobre a construção de uma casa?**

**Dr. Adriano –** A construção está lá (no terreno da empresa), a gente sabe! Eu estou querendo dizer o seguinte, eu não posso, como ente privado, proibir uma pessoa física de fazer qualquer coisa, não tenho poder para isso.

**Vereador Yuri Moura – Mas se você tem a promessa de compra e venda com ele, essa relação se dá a partir desse contrato.**

**Dr. Adriano –** Então, mas essa fiscalização e esse poder são da Prefeitura.

**Vereador Yuri Moura – Como foi colocado muito bem pelo Chefe do no NUFIC, a Prefeitura, através da sua Secretaria de Obras, não regulamenta, não afere a compra e venda entre 2 (dois) entes privados. Porém, se o terreno e inclusive todas as solicitações de licenciamento da obra foram feitos a partir da Manoa, obviamente, a responsabilidade do que ocorre ali dentro se dá à Manoa. Não à toa, você tem um “funcionário” para fazer abertura e fechamento do portão.**

**Dr. Adriano –** Isso não é tão óbvio, Yuri! Eu não sei qual é sua formação, mas essa questão de responsabilidade é muito técnica. A responsabilidade pela fiscalização é da Prefeitura.

**Vereador Yuri Moura – A minha pergunta não foi essa! A minha pergunta foi: Por que a Manoa permitiu a construção desse particular?**

**Dr. Adriano –** Porque a Manoa tem o poder de polícia para coibir a construção, simplesmente, por isso.

**Vereador Yuri Moura – Então, foi conveniente para a Manoa permitir a construção?**

**Dr. Adriano –** Não se trata de conveniência. Estamos aqui hoje para resolver um problema, eu vim aqui na boa vontade de tentar ajudar. O projeto não mudou, a gente está com um projeto lá pra colocar lojas, materiais de construção, farmácia, padaria, a construção civil por si só (nosso projeto) a gente sabe que vai abrir uma larga escala de empregos, diretos e indiretos. A gente tem registro, inclusive, da (Secretaria de) Defesa Civil e já teve até outras audiências públicas, aqui nessa casa, para resolver essa situação. A gente não pode ficar aqui procurando quem é o culpado, a gente tem que procurar aqui a solução e o que eu proponho é que seja feito um estudo técnico, com geólogo. Até porque, esse sistema de drenagem foi aprovado pela Prefeitura e foi feito o que está no projeto. Esse estudo com geólogo, a gente vai conseguir definir qual é a contribuição que a empresa (Manoa), efetivamente, contribuiu para o escoamento dessas águas no bairro.

**Vereador Yuri Moura – Conforme colocado pela Tia Lili, todo esse estudo prévio e geológico de impacto ambiental, ele precisa ser feito antes mesmo da consolidação da obra. Isso não foi pensado pela empresa?**

**Dr. Adriano –** Isso foi pensado no projeto de drenagem e o projeto foi apresentado.

**Vereador Yuri Moura – E, quanto ao projeto de drenagem, o senhor confirma que tinha o licenciamento para o projeto de drenagem e que fez outros tipos de intervenção no terreno?**

Dr. Adriano – Então, o que foi feito lá no terreno foi exatamente o que foi permitido.

Vereador Yuri Moura – Então, não houve nenhum outro tipo de intervenção (no terreno) a não ser aquela que a licença do projeto de drenagem permitia? Exemplo: a construção da casa, aquelas relatadas pelo Chefe do NUFIC que eram intervenções para além daquilo que a licença para o projeto de drenagem permitia. Estou lhe perguntando de forma objetiva, se o Senhor me confirma 'sim' ou 'não'?

Dr. Adriano – Então, eu confirmo que foi feita uma obra, mas que não foi feita pela nossa empresa, conforme já foi falado aqui.

Vereador Yuri Moura – Eu gostaria que se fizesse constar em ata, que eu fiz duas perguntas ao Senhor Adriano Moura Leite, advogado da Manoa: a primeira, ele coloca que não tem responsabilidade e que a empresa não pode ser responsabilizada por conta da construção no terreno por parte de um terceiro particular; a segunda, ele afirmou veementemente que não foi feito nenhum outro tipo de intervenção por parte da empresa se não a que estava no licenciamento do projeto de drenagem, todos os presentes são testemunhas do que foi relatado.

Dr. Adriano – O que a gente tem feito lá hoje, no local, justifica a entrada de caminhão, pois é relativo ao plantio de gramas, dessa vegetação. Isso é a única coisa que a gente tem feito.

Vereador Yuri Moura – O Senhor me confirma, que estão impedidos de promover algum tipo de intervenção se não essa relativa a vegetação?

Dr. Adriano – Isso, exatamente!

Vereador Yuri Moura – Peço que conste em ata também. O Senhor colocou que, em contrapartida à comunidade, seriam feitas diversas melhorias, chegou a falar de farmácia e outros tipos de ações. Isso já estava no projeto originário? Segunda pergunta: Quanto a isso, houve uma mudança no projeto originário, desde o que foi apresentado à comunidade em 2013, e, se sim, isso foi dialogado com a comunidade? E, por fim, se a Manoa, reconhecendo que a presença dela na localidade trouxe efeitos, pensa em algum tipo de reparação às famílias? Já que o senhor mesmo colocou que a Manoa deu acolhimento a algumas destas famílias.

Dr. Adriano – O projeto inicial não mudou, porém devido aos embargos que a empresa sofreu eles foram adiados. Aliás, é o mesmo projeto que foi apresentado em 2006, 2013 e 2017 (na Audiência Pública). Quanto a segunda pergunta, o projeto original se mantém e a gente está à disposição para dialogar, a gente quer resolver essa questão da melhor forma possível.

Vereador Yuri Moura – Houve algum diálogo com a comunidade após 2013?

Dr. Adriano – Formal, não!

Vereador Yuri Moura – O projeto original previa o loteamento ou a instalação de casas?

Dr. Adriano – Então, esse projeto que a gente está falando aqui, ele ainda existe, mas não é um projeto que foi apresentado à Prefeitura, porque ainda não chegou nessa fase. A gente precisaria, primeiro, cumprir outros trâmites.

Vereador Yuri Moura – O Senhor está colocando que, um outro projeto apresentado em 2013 (à comunidade), é diferente do (projeto) que foi apresentado à Prefeitura e que a empresa ainda não chegou na fase de apresentar, de fato, o que é o projeto?

**Dr. Adriano** – Esse outro projeto de 2013 prevê a instalação de lojas no local, de mercado e outras coisas. Desde o princípio, isso não mudou. O que eu estou querendo dizer é que, antes de entrarmos com o pedido na Prefeitura para liberar esse projeto, a gente precisa aprovar o desmembramento e aprovar uma série de outras licenças, inclusive o logradouro público que já foi feito. Somente após isso tudo, é que apresentaremos à Prefeitura esse projeto que foi apresentado à comunidade em 2013.

**Vereador Yuri Moura** – Esse projeto foi dividido em etapas, sem combinar com os moradores, e, inclusive, o próprio Poder Público não tem conhecimento dessas etapas que a Manoa, por sua própria vontade, decidiu implementar. Na verdade, é muito curioso que a gente tenha tido nessa Casa e eu vou pedir pro meu jurídico, inclusive, o departamento da própria Câmara Municipal para avaliar como essa Lei (Lei nº 7.741/2018 – Autor: ex-Vereador Roni Medeiros) foi aprovada aqui. Nessa situação, eu percebo que estamos diante do desmembramento do processo público, uma hora você chama as famílias para apresentar uma coisa, você tem uma série de problemas, o Ministério Público entra, obra embargada, fiscalização ambiental, fiscalização de obras e, depois disso, ocorre o loteamento daquele terreno, a empresa começa a vender para terceiros aquele espaçamento, mas não se responsabiliza por conta da construção (desses terceiros)! O projeto ainda não foi demonstrado por completo, pois não chegamos nessa etapa. Enquanto isso, os moradores estão na dúvida do que realmente está acontecendo atrás das suas casas, impactando as suas casas, com esse desvio de água. Eu vou solicitar aqui, como encaminhamento da Audiência Pública, que a Manoa nos apresente qual é o projeto que ela tem para Vila Rica, pois a gente precisa dessa transparência pública. Antes de tudo, é preciso ter um compromisso ambiental, um compromisso social e um respeito com a dignidade e o suor dessas famílias, que construíram suas casas naquela comunidade. Eu peço isso ao senhor e se pode também, de maneira objetiva, me responder: se a partir desse questionamento, o qual farei em caráter oficial e documental, qual é o projeto que a Manoa tem para área do Vila Rica?

**Dr. Adriano** – A empresa se compromete a apresentar esse projeto de maneira formal e a contribuir com o bairro para melhorar o escoamento da água, ver com a equipe técnica (da Prefeitura) o que precisa ser feito. Eu passei ao seu assessor umas fotos que demonstram as intervenções que estamos fazendo no terreno (relativo ao projeto de drenagem – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51413/2017).

**Vereador Yuri Moura** – Ótimo, vou pedir que passem os slides e o senhor expõe para nós e aos moradores. Assim, podemos todos debater aqui.

**Dr. Adriano** – Essa foto que a gente está vendo mostra uma área, que não é da empresa, e fica atrás das casas da Rua A. A água desce por essa vala, que aparece na foto, e é normal que esse local tenha inundação durante períodos intensos de chuva. Podemos observar que no local temos cadeira, piscina, pneu, sofá... tudo isso daí, a empresa retirou da vala, porque isso estava entupindo o escoamento.

**Vereador Yuri Moura** – Mas na foto a gente vê que não estão na vala e nos parecem objetos de uso das famílias que ali residem, logo, se a vala não enche aqueles objetos não seriam trazidos para dentro dela.

**Dr. Adriano** – Aquilo foi depois da limpeza, a empresa limpou e a moradora colocou de novo.

**Vereador Yuri Moura** – Eu conheço esse local, eu fui até lá após a inundação e o relato que possuímos é que as águas não desceram somente pela parte daquela espécie de cachoeira. Os moradores enfatizaram a água também veio pelo lado esquerdo da foto, de uma vala criada artificialmente pela Manoa e, por ali, desceu os bancos de terra extraídos lá de cima pela empresa.

*Yuri Moura*  
9

**Dr. Adriano** – Por isso, é interessante haver um estudo geológico, porque ali tem uma ravina e a água não encontra nenhuma resistência. Ela desce com imensa velocidade e vem trazendo galho, cascalho e sedimentos.

**Vereador Yuri Moura** – Foi relatado, na fala do senhor, que nós tínhamos plantações de eucaliptos no alto do morro. O senhor não considera que o desmatamento, causado pela sua obra, possa ter interferido na descida da água para essa laje de pedra?

**Dr. Adriano** – A gente não fez desmatamento de nenhum eucalipto. A área do morro era uma plantação de eucaliptos e essas árvores eram comercializadas pelo antigo proprietário.

**Vereador Yuri Moura** – As fotos da apresentação dessa Audiência Pública demonstram uma outra realidade.

**Dr. Adriano** – De fato, aquelas fotos da apresentação são do local, porém quando a Manoa adquiriu aquela propriedade já havia todo um sistema de plantio e corte de eucalipto no local, e de corte de árvores e não foi a empresa que fez o corte dessas árvores (argumento não procede, pois contraria o relatório nº 134/2018 EWW encaminhado pela Secretaria de Meio Ambiente ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. No relatório ficou constatado que na vistoria de 06/03/2017 foi identificada a supressão vegetal sem licenciamento ambiental. O relatório faz parte do Inquérito Civil nº 40/2018 P-MA do MPRJ).

**Vereador Yuri Moura** – O senhor está apontando que o corte de eucalipto se deu anteriormente a presença da Manoa?

**Dr. Adriano** – Eu tenho até fotos do Google Maps para demonstrar isso.

**Vereador Yuri Moura** – Eu pergunto ao senhor, a terra que desceu do alto do morro e foi escoada pela vala artificialmente criada pela empresa não ajudou para que o valão ficasse cheio?

**Dr. Adriano** – É por isso que eu pedi um estudo geológico, para a gente saber qual a contribuição. Nós não temos certeza se as intervenções da empresa na propriedade contribuíram para o enchimento do valão que fica atrás das casas do Vila Rica. Eu acredito que tenha havido alguma contribuição, mas no meu entendimento pessoal é uma contribuição ínfima.

**Vereador Yuri Moura** – Solicito que conste em ata pública, que o representante da empresa afirmou que a movimentação de terra na propriedade (no relatório nº 134/2018 EWW encaminhado pela Secretaria de Meio Ambiente ao MPRJ foi identificado corte de talude sem licenciamento ambiental) possa ter tido algum tipo de contribuição no problema de inundação do valão. Já teve licenciamento para esse projeto de pavimentação?

**Dr. Adriano** – Licenciamento para a pavimentação eu não me recordo.

**Vereador Yuri Moura** – O Chefe do NUFIC sabe dizer se houve licenciamento?

**Alfredo Gonçalves (NUFIC)** – Talvez tenha sido exigido que ela tivesse sido pavimentada, porque hoje é exigido até 5 obras de infraestrutura para você denominar um logradouro público e ele precisa cumprir pelo menos 3, que é pavimentação, iluminação pública, drenagem e etc.

**Vereador Yuri Moura** – Parece que a pavimentação foi feita anteriormente a criação da rua, do Logradouro, a partir de lei (Lei nº 7.741/2018 – Autor: ex-Vereador Roni Medeiros) o que seria, por si só, irregular perante a (Secretaria de) Obras, correto?

**Alfredo Gonçalves (NUFIC)** – Correto!

**Vereador Yuri Moura – O senhor tem algo a dizer sobre isso, senhor Adriano?**

**Dr. Adriano –** Essa informação eu desconheço, eu não posso afirmar nada sobre o assunto. Por fim, eu gostaria de colocar que a empresa apresenta a proposta para que seja feito um estudo técnico para saber como a Manoa pode ajudar a minimizar (os impactos no bairro) e a resolver essa questão. A nossa postura aqui é de ajudar o bairro, então, é essa a nossa intenção e que fique bem claro isso. A gente se coloca à disposição aqui para resolver essa questão. À disposição da Prefeitura, dessa Casa (Câmara Municipal) para tentar resolver e é lógico que o problema é complexo e vai precisar de um estudo técnico e a gente se coloca a disposição para colaborar com isso.

**Vereador Yuri Moura – Só para reforçar, todos os questionamentos que foram feitos nessa Audiência Pública serão também oficializados à Manoa, já que como o senhor mesmo confirmou algumas respostas o senhor não tem. O que é muito confuso, porque as fotos que o senhor próprio trouxe demonstra que a obra está indo de vento em popa e a partir dos questionamentos aqui, junto ao chefe do NUFIC (Sec. de Obras) ficou claro que o Poder Público não sabe, os moradores não sabem e até mesmo algumas questões o senhor da Manoa não sabe responder. Eu só acho que não sabem e até mesmo algumas questões o senhor da Manoa não sabe responder. Eu só acho que é um desrespeito com o Poder Legislativo, a empresa enviar um advogado, um representante que não tem as informações necessárias. E algo tão básico, quanto o calçamento de uma rua, deveria ter sido orientado ao senhor de uma maneira melhor para que a gente pudesse abordar melhor o assunto. Inclusive, na própria apresentação que o senhor fez, era fundamental nós sabermos as datas das fotos para que essas imagens não sejam descontextualizadas ou que essa responsabilidade seja jogada em cima dos moradores, que já estão sofrendo muito com essa situação. Mas senhor será oficiado, à empresa no caso, e tenho certeza de que as respostas virão.**

**Dr. Adriano –** Eu já tenho uma resposta sobre a pavimentação, ela foi exigida pela Prefeitura. Por isso que ela foi feita.

**Vereador Domingos Protetor –** Eu estou aqui boquiaberto com essa situação. Eu não entendo como é que o cara pode construir uma casa dentro de um terreno privado e o cara da propriedade permite essa construção sem licenciamento. Agora, essa última do calçamento, se a obra não está nemlegalizada, não tem nada, como é que eu vou botar calçamento.

**Vereador Gil Magno –** Fiz questão de entrar rapidamente, meu representante do Gabinete tá aí (Chefe de Gabinete – Flávio Corsini) e pedir também ao Alfredo, nosso grande diretor (da Sec. de Obras – Chefe do NUFIC), que esclareça vários pontos de uma obra dessa magnitude, porque ela precisa estar 100%. O Vila Rica já sofre por tantas coisas e tantas mazelas, não é? Outras obras, algumas invasões e a população que está ali certinha, de forma legal, suas casas sofrem demais e essa Audiência, Vereador Yuri, eu somo com Vossa Excelência aí né, nessa força-tarefa da gente levar todas as informações para a população do Vila Rica, não é? E pode contar comigo, parabéns!

**Vereador Ronaldo Ramos –** Uma boa noite a todos os senhores. Eu cumprimento aqui a Lili, porque eu a conheço há muitos anos e estendo o cumprimento a todas as senhoras e senhores. Eu me lembro que há 30 anos eu estava naquela luta do valão, lá no Conjunto Habitacional Santa Edwiges. Na luta pela escola, pela iluminação pública, da água, foi muita luta, não é? E você (Lili) é um exemplo de luta para todos nós. Mas Dr. Adriano, o senhor falou nas suas palavras que não tem o Poder de Polícia de mandar parar a obra, mas a partir do momento que tem uma pessoa que fica com a chave e controla o acesso, então, o senhor tem responsabilidade solidária do que está acontecendo lá dentro e em comunicar o Poder Público que está acontecendo uma coisa errada lá dentro. Eu espero que amanhã a empresa possa comunicar à Secretaria de Obras que está ocorrendo uma obra irregular, porque ela não está licenciada para tal até porque não tem todo o licenciamento necessário. Eu solicito também ao senhor, Vereador Yuri, que pudesse então montar um Grupo de Trabalho do Poder Legislativo, junto com uma Comissão dos Moradores, com um representante da Defesa Civil, um representante da Secretaria de Obras, da Secretaria de Meio

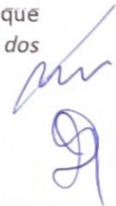


Ambiente, um membro do Ministério Público, da Defensoria Pública e do CDDH, para que pudesse já de imediato buscar as soluções antes que aconteça uma tragédia. Por último, que a empresa possa abrir mais as portas e se faça mais presente à comunidade, então, sugiro ao Senhor Adriano que leve até a Direção da empresa para que coloque dentro da contrapartida a construção de um novo prédio para o Centro de Educação Infantil.

**Dr. Adriano** – Sobre a responsabilidade solidária, a gente tem muitos moradores aqui, que são lá do bairro, mas eu gostaria de perguntar aqui que moradores têm a sua obra legalizada pela Prefeitura? A gente tem noção da realidade fática do local e quase ninguém lá tem legalização para construir. Eu acredito que, o que vai resolver a situação é um novo estudo de drenagem do local, e a gente fazer as obras necessárias lá para evitar os alagamentos e a empresa se coloca à disposição para atender o pedido da Prefeitura. Porque a gente está paralisado, a gente está de mãos atadas, a gente não consegue fazer nada, então, o que a Prefeitura solicitar a gente vai cumprir.

**Vereador Yuri Moura** – Senhor Adriano eu fico extremamente indignado com a sua fala, porque ela depõe, inclusive, contra o que o senhor afirmou, há pouco, que estava aqui para ajudar as famílias, para ajudar a comunidade e com esse tipo de fala o senhor desrespeita famílias que estão lá há décadas. Quem está chegando agora no Vila Rica é a Manoa, seus sócios, seus representantes, o senhor, e os interesses privados. Estas famílias, independente da condição delas perante o Poder Público, estão amparadas pela Constituição Federal, sobre o uso social da terra, inclusive, para efeitos de regularização fundiária e de toda a infraestrutura que o próprio Município já reconheceu para aquela comunidade. Nós temos CEI, nós temos Escola, nós temos PSF, nós temos uma infraestrutura instalada, então, eu peço que o senhor mantenha o respeito aos moradores e moradoras, que foi pelo menos o que o senhor disse que veio fazer aqui. Porque essas pessoas construíram suas casas com muito suor e estão sendo prejudicadas não por quem já estava lá, estão sendo prejudicadas por quem está chegando, então, reconsidere a sua fala que não é só um desrespeito à luta pela habitação de interesse social e a moradia popular. E aí, eu falo enquanto representante do Poder Legislativo, de Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos dessa Casa, mas também é uma forma de tentar contextualizar, comparar o que não pode ser comparado. A venda de lote, por conta de interesses privados e de mercado, não tem o mesmo valor moral, ético, político, público, do que a casa dessas pessoas, que estão sofrendo e esse tipo de fala do senhor é inadmissível e desrespeitosa. Em nenhum momento nós quebramos o decoro, em nenhum momento o acusamos, mas esse tipo de fala acusa as famílias, esse tipo de fala quebra o decoro, inclusive, que vossa excelência disse que a empresa teria com eles. Então, vamos reavaliar aí até porque, como eu disse, tudo que está sendo colocado aqui tem caráter público e é inadmissível esse tipo de fala.

**Ana Maria Auler (Unidade Popular)** – Boa noite a todos e todas, o senhor Adriano se sentiu desrespeitado quando a plenária gritou, imagina se as pessoas que estão com a vida alterada pela empresa o quanto elas estão se sentindo desrespeitadas e acabaram de ser novamente. Ainda bem que o Vereador Yuri falou muito bem, mas eu queria dizer que eu não acho que a empresa está aqui para ajudar e nem está ao lado dos moradores. A empresa só atrapalhou a vida dos moradores, então, não é agora que o senhor veio aqui dizer que vai ajudar que nós vamos acreditar nisso. Eu também senti falta da Prefeitura, pois ela tem que fiscalizar, ela não pode dar um alvará e aí tudo bem está licenciado. Eu acho vereador, que a gente precisa exigir que a Prefeitura fique de olho no que as empresas estão fazendo nesse Município, porque a vida das pessoas está sendo colocada em risco e aí me assombra ouvir que tem 3 (três) fiscais nesse Município. Então, eu já peço aos Vereadores que faça uma conversa com a Prefeitura, porque desse jeito não vai dar, tem que aumentar e tem que aumentar muito a fiscalização. Essas fotos aí, que a gente viu e assistiu foi uma guerra de versões, onde a comunidade conta uma história e quem está do lado da comunidade acredita e a empresa conta outra. Nós da Unidade Popular estivemos lá várias vezes, nós vimos que isso que foi apresentado não é verdade, o que nós ouvimos, "o que está acontecendo lá é culpa dos



*moradores que jogam o sofá na vala", é óbvio que isso não é verdade! Eu insisto que essa Audiência conduza a responsabilização da empresa. Um dos encaminhamentos é que a Prefeitura também seja responsabilizada e traga respostas, pois essa obra não parece estar embargada, pois nós assistimos movimentação de terra lá. Cadê a Prefeitura? Se eu que não moro lá e assisto a movimentação de obra, onde estava a Prefeitura? Quando é que o Poder Público vai funcionar pelo cidadão? E nós precisamos da ajuda do Ministério Público e do Poder Legislativo contra essa empresa, nós precisamos que ela seja responsabilizada, que essa obra pare e que a Prefeitura cumpra o seu papel.*

**Miguel Fausto (Fiscal da Secretaria de Meio Ambiente)** – Boa noite! Inicialmente eu gostaria de cumprimentar os membros que compõem a mesa e estender o meu cumprimento para todos os membros do Poder Legislativo e saudar todos os demais presentes. Também gostaria de parabenizar o Vereador Yuri Moura pela iniciativa de convocar uma Audiência Pública, lembrando que esse é um importante instrumento do regime democrático e de participação popular, que pode oportunizar, dar voz à população mais interessada em um tema. Eu gostaria de esclarecer que, desde o início em 2017, a Secretaria do Meio Ambiente vem atuando de forma firme diante das denúncias, na tutela e promoção do meio ambiente. Como bem falou o José Bernardo (Assessor Parlamentar do Vereador Yuri Moura), as fiscalizações da Secretaria do Meio Ambiente resultaram em notificações, multas e interdições do local e, ao final da instrução processual, a Comissão Julgadora de Infrações Ambientais condenou a empresa em uma penalidade de 160 UFPEs, salvo engano. Isso, na ordem de hoje da, aproximadamente, R\$ 32.000,00 e além da necessidade de recuperar a área degradada. Ali, o mais importante é que são áreas de preservação permanente e foi encaminhado um relatório para o Ministério Público (relatório nº 134/2018 EWW), para que o órgão ministerial adote as providências de responsabilização dos autores do empreendimento. Atualmente, o nosso processo da fiscalização ele foi encaminhado para a Secretaria de Fazenda, para inscrição em dívida ativa e demais medidas que entenderem cabíveis. Portanto, por parte da Secretaria do Meio Ambiente não houve licença ambiental para as intervenções no local, que fique claro. A Vila Rica é um vale e se não houver um estudo de drenagem, um sistema de drenagem adequado, eficiente e devidamente aprovado pelo Poder Público, as águas elas seguirão seu curso natural que, nesse caso, é a comunidade do Vila Rica e isso vai causar novamente um transtorno para os moradores. Quería acrescentar que o princípio do desenvolvimento sustentável ele preconiza um equilíbrio entre o fator econômico, o fator social e o fator ambiental, e até o presente momento essa balança ela está em evidente desequilíbrio, ela está favorecendo apenas o empreendedor. Eu vejo que nós temos uma oportunidade para que o empreendedor possa apresentar e propor a compensação, não só no que tange ao meio ambiente, mas também à comunidade que está sendo afetada. Quanto à Secretaria de Meio Ambiente, falta ao empreendedor recolher a multa ambiental e apresentar o devido plano de recuperação, que já foi deliberado pela Comissão Julgadora de Infrações Ambientais. Então, a meu ver houve uma intervenção, essa intervenção ela não foi autorizada pela Secretaria de Meio Ambiente até o presente momento. Se essa obra ela continua, ela continua de forma irregular e a drenagem ela foi aprovada pela Secretaria de Obras que, com certeza, entendeu pela necessidade em virtude ali de causar um transtorno maior à população. Mas eu gostaria de dizer que a drenagem, essa aprovação da drenagem, essa emergência quem causou foi o próprio empreendedor, pela intervenção irregular. A gente da Secretaria de Meio Ambiente se coloca à disposição da Câmara dos Vereadores e da população para que nós possamos fazer o trabalho que já vem sendo feito desde 2017 e gostaria também só de adicionar que aos que estão presentes e aos que estão assistindo, que para uma visão holística do Direito Ambiental uma agressão ao meio ambiente ela é tida como um próprio suicídio, porque não tem como dissociar o ser humano do meio ambiente. Nós somos um conjunto, então, ali provavelmente a comunidade ela vai ser, como já está sendo, sacrificada por uma intervenção mal feita, em que não foi licenciada até o presente momento pela Secretaria de Meio Ambiente.

Vereador Yuri Moura – Muito obrigado, Miguel Fausto. Eu só gostaria de fazer 3 intervenções: a primeira, o senhor pontua que a empresa precisa efetivar o pagamento da multa e



inclusive ela já foi encaminhada para a dívida ativa; a segunda, o senhor aponta a necessidade dessa recomposição ambiental, já que como o senhor mesmo disse todo o estrago ambiental ali causado ele é um desdobramento da intervenção da própria empresa, então, é necessário que exista essa recomposição até por conta dos princípios da sustentabilidade; e a terceira, se nós podemos continuar contando com a fiscalização do meio ambiente, porque me parece que há indícios de continuidade nesses crimes ambientais e se nós podemos contar com a Secretaria de Meio Ambiente para as fiscalizações que ocorrerão daqui para frente?

**Miguel Fausto** – Sim para todas, com certeza, Vereador.

**Vereador Ronaldo Ramos** – Eu gostaria de fazer o encaminhamento para que essa multa seja empregada em benefício da própria população, dos moradores e da comunidade do Vila Rica.

**Vereador Yuri Moura** – Contaremos com o apoio do Ministério Público nisso, para que a gente possa fazer através de um TAC e desburocratizar o máximo isso. A ata dessa Audiência Pública e todo o dossiê que a nossa Comissão de Defesa dos Direitos Humanos tem montado, todos os relatos aqui divulgados, também serão encaminhados ao MPF (Ministério Público Federal), já que nós temos o entendimento de crime ambiental em Área de Preservação Ambiental. E, aí sim, o MPF que é tão atuante na defesa de construções sustentáveis, na defesa da moradia popular, pode contribuir conosco para além o Ministério público Estadual, já que o MPF tem um histórico na figura do Procurador da República, o senhor Charles, de promover a compensação às famílias, a gente acompanha esse trabalho sério que o MPF faz. A gente espera que o MPF possa se juntar a nós nessa questão e depois a empresa vai poder falar sobre o pagamento ou não dessas multas.

**Carla de Carvalho (CDDH)** – Boa noite, Yuri, boa noite a todos! Eu queria parabenizar você pela condução da sua audiência e especialmente aos moradores e colaboradores da região, por não desistirem dessa luta, que já é antiga, mas que é extremamente importante para a dignidade deles. O CDDH está à disposição e continuará à disposição dos moradores do Vila Rica, que a gente espera que realmente os encaminhamentos dessa audiência se transformem em realidade para a população daquela localidade. Gostaria de dizer também que no início foram colocadas as questões das ocupações irregulares e que elas são fruto de falta de fiscalização, mas não é só fruto de falta de fiscalização é fruto também da falta de política pública habitacional da nossa cidade.

**Hugo Bento (Secretário de Meio Ambiente)** – Boa noite a todos! Nós fizemos uma pesquisa e vimos o caso do Aluguel Social da dona Nair Camilo Barbosa (Nana), que está suspenso e eu gostaria de esclarecer que está suspenso porque houve uma mudança na residência. Infelizmente, o proprietário da casa que a dona Nair morava, ele pediu o imóvel e aí houve uma alteração no local. Ela já nos notificou da mudança do local e aí a Assistência precisa de um novo laudo da Defesa Civil para que a gente possa retomar a questão do Aluguel Social. Sendo assim, até mandei uma mensagem aqui para o para o Coronel Gil Kempers, da Defesa Civil, e ele ficou de me dar uma resposta amanhã de manhã. Eu vou pegar só o telefone de contato da Senhora, para que eu possa dar uma resposta a contento, então, basicamente é isso. O depósito feito pela Secretaria é feito na conta do proprietário, com a mudança do proprietário a gente tem que ter esse laudo da Defesa Civil, para que a gente possa fazer de forma legal.

**Vereador Maurinho Branco** – Eu não pude estar presente, eu tinha uma agenda fora, estou ainda nela, mas entrei aqui só para parabenizar e falar que estou à disposição, bem como o meu gabinete, para ajudar as famílias do Vila Rica para que a gente possa solucionar.

**Angelita Bastos Plantz (Moradora)** – Estou aqui e venho agradecer a vocês dois (Vereadores Yuri Moura e Ronaldo Ramos) por defender essa população, que tomou essa pancada, porque foi uma pancada. Hoje eu fiquei indignada de ver a posição do advogado, querendo pegar umas fotos


antigas e enganar a gente. Praticamente querendo chamar a gente de burro, porque eu me senti burra. Eu moro lá no Vila Rica há 21 anos e sempre desceu água, mas nunca entrou dentro da minha casa como as últimas 3 vezes entrou água. Além disso, a rua nossa não tem estrutura para subir trator, para subir caminhão pesado. A gente é minoria, a gente é pobre e pobre não tem dinheiro para comprar terreno daquele. Tem gente, aqui dentro desse lugar, que está ganhando terreno lá para poder liberar na Prefeitura. Culpado, no fundo, é a Secretaria de Obras. Mas eu digo para vocês, a rua lá não tem estrutura para subir caminhão de obra.


**Gisana Paixão (Moradora)** – Boa noite a todos é eu quero agradecer a oportunidade, porque é muito importante para a comunidade. Eu sou moradora há mais de 20 anos, minha família tem a nossa casa lá há mais de 20 anos e nunca teve esse problema (inundação de casas), nunca teve essa catástrofe. Ele fala que é uma vala, mas na verdade é uma galeria bem pequena que passa atrás de todas as casas. Ele achar que não tem culpa, tem sim! A responsabilidade é da obra, a obra prejudicou porque antes dessa obra começar não tinha nenhum problema, não teve chuva. Eu acho um absurdo ele ainda perguntar pra gente se a gente tem autorização, isso é um absurdo e é uma falta de respeito com a população. A culpa é de vocês, é responsabilidade de vocês e é obrigação vocês. Essa obra precisa ser embargada já!

**Dr. Adriano** – Eu queria fazer uma retratação aqui, em respeito aos moradores do bairro, a minha fala foi no intuito de saber a nossa realidade, porque se você for buscar quem tem legalização para construir e quase ninguém tem. Foi isso que eu quis dizer, em nenhum momento eu quis faltar com respeito aqui. A gente precisa buscar uma solução e a nossa intenção aqui é apresentar uma proposta para resolver, que a gente possa constituir um corpo técnico para que faça um estudo e a empresa vai atender aquilo que for solicitado para mitigar, para ir resolver a situação. Assim, a gente vai poder atender os moradores e prestar nossa solidariedade.

**Gisele Medeiros Costa Faria (Moradia)** – Como o Vereador disse, a gente não precisaria chegar nessa Audiência se as várias vezes que nós tentamos contatar com os senhores nós tivéssemos sido atendidos. Pois bem, nós não tivemos respostas e, por isso, se fez necessária essa audiência. Diante de fatos não há argumentos, a não ser que esses fatos sejam fraudados. O que a gente fala é que aquela valeta, que existia ela comportava aquela água que descia antes da obra, mas o desmatamento trouxe mais quantidade de água e não tem como absorver a quantidade de água.

**Vereador Ronaldo Ramos** – Eu gostaria de fazer um encaminhamento para que tanto a Secretaria de Obras quanto a Secretaria de Meio Ambiente encaminhem cópias do EIA/RIMA desse empreendimento. Também formar o grupo de trabalho com máxima urgência com participação de todos (Câmara Municipal, órgãos do Poder Executivo, MPRJ, MPF, Defensoria Pública, CDDH) para buscar a solução. Muito obrigado e parabéns a todos!

**Vereador Yuri Moura** – Dentro dos encaminhamentos, nós vamos criar um Grupo de Trabalho do Poder Legislativo, solicitaremos à empresa que apresente o real projeto para aquela localidade, assim como a compensação e a reparação às famílias dentre tantos outros encaminhamentos que nós tínhamos nessa Audiência Pública. Agradeço a confiança de todos vocês, em breve estaremos reunidos, assim como também estaremos presentes numa segunda Audiência Pública. Muito obrigado, uma boa noite a todos e todas. Declaro essa Audiência Pública encerrada. 

  
VEREADOR YURI MOURA  
PRESIDENTE DA CEADH

  
VEREADOR RONALDO RAMOS

